


Operadores de contraposição na introdução das redações do ENEM: Um estudo semântico-argumentativo


Aleise Guimarães Carvalho

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-3287-2319


Maria Eliane Gomes Morais

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-1410-5263

Erivaldo Pereira do Nascimento

Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

 orcid.org/0000-0002-4595-1550

Resumo: Este artigo objetiva identificar e analisar o emprego dos operadores de contraposição mobilizados para formulação da tese presente na introdução de redações nota 1000 do ENEM dos anos 2016 e 2017, publicadas na Cartilha do Participante (2017; 2018). À luz da Semântica Argumentativa, analisou-se o comportamento semântico-argumentativo desses operadores, considerando o requisito da construção de um texto dissertativo-argumentativo avaliado na competência 2, da matriz de referência do INEP/MEC, a fim de discutir de que maneira tais elementos contribuem para formulação da tese e direcionam a argumentação. O caráter metodológico do estudo em questão foi documental, de cunho descritivo-interpretativista, baseado nos postulados teóricos de Ducrot (1987; 1988), Vogt e Ducrot (1980), Koch (2011) e Silva (2015). Os resultados obtidos indicam que os operadores de contraposição são recorrentes na construção da tese das redações analisadas e contribuem para marcar o posicionamento do locutor na introdução do texto.

Palavras-chave: Semântica Argumentativa. Argumentação. Redação do ENEM.

Abstract: This study aims to identify and analyse the use of contraposition operators mobilized to construct the thesis presented in the introduction of 10 grade essays ENEM from 2016/2017, published in the Participant Booklet (2017; 2018). In the view of the Argumentative Semantics, it was analysed the semantic-argumentative behaviour of these operators, considering the requirement of the construction of a dissertative-argumentative text evaluated in the competence II, of the reference matrix from INEP/MEC, in order to discuss how such elements contribute to the formulation of thesis and direct the argumentation. The methodological character of this study was documental, descriptive-interpretativist, based on the theoretical postulates of Ducrot (1987; 1988), Vogt and Ducrot (1980), Koch (2011) and Silva (2015). The results indicate that the contraposition operators are recurrent in the construction of the thesis of the analysed essays and contribute to mark the positioning of the speaker in the introduction of the text.

Keywords: Argumentative Semantics. Argumentation. ENEM Essay

Introdução¹

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), e é dividido por áreas do conhecimento, entre as quais está a de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que traz anexada a prova de Redação. Como forma de conduzir os participantes na elaboração dessa redação, todos os anos o INEP publica, no site do ENEM [<https://enem.inep.gov.br/>], a Cartilha do Participante, a qual, segundo o Órgão, tem como principal objetivo “tornar o mais transparente possível a metodologia de avaliação da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas” (BRASIL, 2018, p.3).

Na Cartilha, o INEP explica como ocorre o processo de avaliação e apresenta o detalhamento de cada uma das cinco (05) competências avaliativas da redação do ENEM. Além disso, na parte final, publica algumas redações que contabilizaram a pontuação máxima (1.000 pontos) na edição do ano anterior, seguidas de comentários relacionados às cinco (05) competências em cada uma dessas redações.

Conforme o documento em questão, a redação do ENEM deve ser construída de acordo com a tipologia dissertativa-argumentativa, em prosa, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Nesse texto, é preciso que o candidato apresente e defenda uma tese (orienta-se que a tese esteja na parte introdutória do texto), a partir de argumentos consistentes estruturados com coerência e coesão, adotando a modalidade escrita formal da língua portuguesa. No mais, deve-se elaborar uma proposta de intervenção para o problema discutido no texto, respeitando os direitos humanos.

A partir da observação das introduções dos textos publicados nas Cartilhas do ano de 2017 e 2018, percebemos que a maioria das teses construídas nessa parte inicial dos textos foram elaboradas com a presença de operador de contraposição. Nas cartilhas desses dois anos foram publicadas o total de dezessete (17) redações nota mil e, entre elas, onze (11) apresentam elementos de contraposição na construção das teses.

¹ Texto apresentado em comunicação oral no XI Seminário Nacional Sobre Ensino de Língua Materna e Estrangeira e de Literatura (XI SELIMEL), Campina Grande-PB, 10 de dezembro de 2019.

Diante do exposto, interessou-nos observar a contra-argumentação nas teses presentes nas introduções das redações publicadas nas cartilhas dos anos de 2017 e 2018, a fim de verificar os efeitos de sentido produzidos e as contribuições dos elementos de contraposição para a nota da redação do ENEM. Dessa forma, o objetivo central deste artigo é identificar e analisar o emprego dos operadores de contraposição mobilizados para formulação da tese presente na introdução de redações nota 1000 do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) dos anos 2016 e 2017, publicadas na Cartilha do Participante (2017; 2018), objeto da presente investigação.

Para tanto, como método para esta pesquisa, adotamos a análise do tipo descritivo-interpretativista, sob o enfoque teórico da Semântica Argumentativa (SA). Desse modo, além dessa seção introdutória, este texto está estruturado em outras três seções. Na segunda seção, realizamos um breve percurso teórico sob os pressupostos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) e dos estudos de operadores argumentativos, a partir de Ducrot (1987; 1988), Koch (2011), Silva (2015), entre outros. Na terceira seção deste estudo, apresentamos algumas informações sobre a redação do ENEM, com base no texto das Cartilhas do Participante do ENEM (2017 e 2018) e, em seguida, a análise do *corpus* selecionado. Finalmente, com base na análise desenvolvida, elaboramos algumas considerações sobre o fenômeno investigado.

1 Fundamentação Teórica

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) considera que as relações entre os enunciados possibilitam a argumentação. Sob essas considerações, Ducrot (1988) afirma que a argumentação está inscrita na própria estrutura da língua e dela vai para o discurso. É a partir da própria língua que o argumento é estruturado, logo, o sentido do enunciado é apreendido a partir da argumentação estabelecida nas relações dos segmentos da língua, ou seja, a partir da significação das frases que constituem os enunciados. Assim, a argumentação não é algo externo à língua, mas está na sua própria estrutura.

Com base no exposto, o estudioso da argumentação desenvolve a Teoria Polifônica da Enunciação. Nela, Ducrot (1988) apresenta o conceito de polifonia afirmando que o sentido de um enunciado pode estar relacionado a um ou a mais sujeitos, podendo ser perpassado por diversas vozes, e não

apenas a um só sujeito autor do enunciado. Dessa maneira, determinado sujeito (que fala) não se expressa diretamente, mas põe em cena pontos de vista, como também, outros sujeitos e, assim, tanto os pontos de vista quanto os demais sujeitos atuam dentro do mesmo enunciado.

Para melhor entendimento desse conceito de polifonia apresentado por Ducrot, é relevante compreender os três sujeitos (ou funções do sujeito) constituintes do enunciado segundo a Teoria Polifônica da Enunciação, quais sejam: sujeito empírico (SE); locutor (L); enunciador (E). Para Ducrot (1988), o sujeito empírico (SE) é aquele que produz o enunciado, ou seja, é o sujeito que constrói, literalmente, o texto, nas palavras do autor: “SE é o autor efetivo, o produtor do enunciado”² (DUCROT, 1988, p. 16, tradução nossa). No entanto, segundo o estudioso, é extremamente difícil conseguir determinar quem realmente produziu tal enunciado.

Como locutor (L), Ducrot afirma que é aquela pessoa a quem se atribui a responsabilidade pelo enunciado. É a ele que se referem as marcas de primeira pessoa, no entanto, não necessariamente o autor real do enunciado é também o locutor. Ao locutor imputamos a responsabilidade pelo enunciado como todo, ou seja, pela ocorrência deste. Ainda sobre o locutor, Ducrot (1987) apresenta o seguinte desdobramento: “locutor enquanto tal”, doravante L, e o locutor enquanto “ser do mundo”, representado por λ . Para o autor, L é responsável pela enunciação, possuindo unicamente essa propriedade, diferentemente de λ que “é a pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 188). Além disso, o autor afirma que L e λ são seres do discurso, mas não são semelhantes ao sujeito produtor do enunciado (sujeito empírico).

No que diz respeito aos enunciadores (E), Ducrot (1988, p. 20) classifica-os como sendo os diferentes pontos de vista que se apresentam em determinado enunciado, “não são pessoas, mas ‘pontos de vista’ abstratos”³. Além disso, Ducrot (1988) afirma que “mesmo o locutor pode ser identificado

2 Na edição consultada: “SE es el autor efectivo, el productor del enunciado”.

3 Na edição consultada: “no son personas sino ‘puntos de perspectiva’ abstractos”.

como algum destes enunciadores, mas na maioria dos casos, ele apresenta-se mantendo certa distância deles”⁴.

A partir desses três personagens linguísticos, Ducrot (1987) sugere dois tipos de polifonia, a polifonia de enunciadores e a de locutores. Em relação à primeira polifonia, o autor (1987) afirma que o locutor apresenta em seu enunciado diferentes pontos de vista com os quais ele se identifica, aprova ou rechaça. Por meio dessas diferentes vozes e diferentes pontos de vista, o locutor orienta o sentido pretendido do enunciado.

Após desenvolver várias pesquisas baseadas nos estudos de Ducrot, Nascimento (2005; 2015) afirma que, na polifonia de locutores, o locutor responsável pelo enunciado apresenta a(s) voz(es) de outros locutores e perante ela(s) assume diferentes graus, maiores ou menores, de comprometimento do dizer do outro. Por ora, não trataremos aqui sobre a posição do locutor em relação aos demais locutores que ele coloca em cena nos enunciados (polifonia de locutores), uma vez que nosso foco de análise é a contraposição que nos estudos polifônicos é compreendida como ocorrência de polifonia de enunciadores.

Na terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua, começou-se a considerar que existem elementos linguísticos na língua que determinam a argumentação, introduzindo valores argumentativos no discurso. Esses elementos são os operadores argumentativos, também classificados pelos gramáticos e algumas correntes da linguística como conectores e/ou conjunções, quais sejam: mas, porém, embora, pois, porque, todavia, no entanto, apesar de, contudo etc.

Assim, a TAL compreende que os operadores argumentativos são constitutivos dos enunciados, uma vez que esses são responsáveis por orientar a sequência do discurso. Ou seja, a passagem do enunciado para determinada conclusão é conduzida por um operador argumentativo. Os operadores utilizados nos enunciados que proferimos constantemente no nosso dia a dia guiam nossos discursos a determinadas conclusões, o que, conseqüentemente, orienta nossos interlocutores a certas compreensões. A

4 Na edição consultada: “el locutor mismo puede ser identificado con algunos de estos enunciadores, pero en la mayoría de los casos los presenta guardando cierta distancia frente a ellos”.

partir da orientação argumentativa desses elementos da língua, nossos discursos revelam nosso engajamento ou distanciamento diante do dito.

Koch (2011) afirma que os operadores atuam como articuladores, estabelecendo diferentes tipos de relação nos textos. Assim, essas marcas linguísticas possibilitam a progressão textual, estabelecendo a coesão do texto. Nessa mesma obra, a autora (2011) organiza uma lista de sete tipos de operadores argumentativos e a partir dessa lista, Silva (2015) elabora um quadro de operadores do tipo discursivo/argumentativo, vejamos a seguir:

Quadro 1 – Operadores do tipo discursivo

Tipos de relações	Operadores do tipo discursivo/argumentativo
Escala de argumentos	até, até mesmo, nem, nem mesmo, inclusive etc.
Adição de argumentos	e, também, ainda, nem (= e não), não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, a par de etc.
Conclusão	portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, consequentemente etc.
Alternativas	ou, ou então, quer...quer, seja...seja etc.
Comparativas	mais que, menos que, tão... como, tão ... quanto etc.
Justificação/explicação	porque, pois, que, já que, visto que etc.
Contraposição	mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.) embora (ainda que, posto que, apesar de que etc.)
Ativam pressupostos	já, ainda, agora, deixou etc.
Relação entre escalas opostas	pouco, um pouco, quase, apenas (só, somente)
Comprovação	tanto que
Generalização/extensão	de fato, realmente, bem, aliás, mas, também etc.
Especificação/exemplificação	como, assim como (e expressões como “por exemplo”)
Contraste	mas (e outros operadores de contraposição)
Correção/definição	isto é, de fato, ou melhor, pelo contrário etc.

Fonte: Silva (2015, p. 93).

Observa-se que os operadores do tipo discursivo/argumentativo constituem relações que “podem ocorrer entre as orações de um mesmo período, entre orações de períodos distintos bem como entre os parágrafos

de um texto” (SILVA, 2015, p. 89). Ainda sobre essa classificação, os operadores responsáveis por relações de contra-argumento apresentam-se no tipo “contraposição” e “contraste”, apresentando-se com a listagem dos seguintes operadores: mas (porém, contudo, todavia, no entanto etc.), embora (ainda que, posto que, apesar de que etc.).

Na Teoria da Semântica Argumentativa, Vogt e Ducrot (1980) foram os pioneiros na investigação e análise sobre o funcionamento do operador “mas”. Nesse estudo, os autores consideraram a existência de duas estruturas, em língua portuguesa, de ocorrência da palavra *mas*: *masSN*, considerado um sintagma nominal, e *masPA*⁵, com função de operador argumentativo. O “*masSN*” tem a função de retificar o que foi dito à esquerda do conectivo. Notem tais aspectos a partir do exemplo 1:

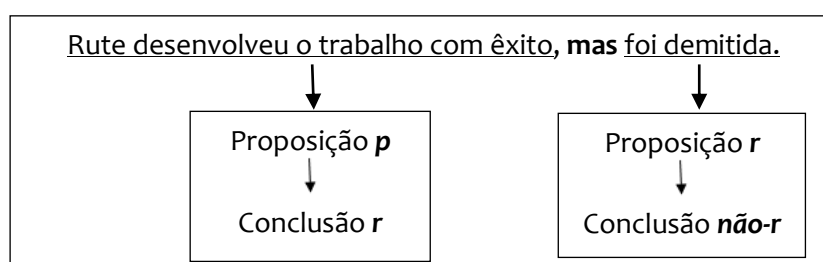
Exemplo 1:

Ela não é professora, **mas** advogada.

(p) (p') (q)

No exemplo 1, o “mas” introduz uma informação *q* (ela é advogada), substituindo a determinação anterior *p'* (ela é professora) que foi negada por *p* (ela não é professora). Pelo fato de o “mas” retificar a informação anterior, ele é compreendido pelos autores como “*masSN*”. Diferentemente desse, o “*masPA*” tem a função de introduzir uma proposição que orienta para uma conclusão oposta à conclusão previamente apresentada na primeira proposição. Vejamos o exemplo:

Exemplo 2:



⁵ Silva (2015, p. 95, grifos do autor) explica que “*masSN*” “foi formado por meio do vocábulo espanhol *sino* e do alemão *sondern*” e “*masPA*” é realizada “por *pero* do espanhol e *aber* do alemão”.

A partir do exemplo 2, é possível perceber que o operador argumentativo é ativador de polifonia de enunciadores, uma vez que quatro enunciadores, ou pontos de vista, estão presentes na sentença. Dois enunciadores estão presentes na própria estrutura do enunciado e os demais enunciadores são apresentados como conclusões a partir dos enunciadores apresentados anteriormente, respectivamente:

E₁: Rute desenvolveu o trabalho com êxito

E₂: continua na empresa

E₃: Mas foi demitida

E₄: não continua na empresa

Sobre a primeira proposição (E₁), conclui-se que Rute permanece na empresa (E₂), no entanto, com a segunda proposição (E₂) percebe-se que a conclusão E₁ foi negada e colocou-se em evidência outra conclusão, a de que Rute não continua na empresa (E₄). Perante esses enunciadores, o locutor do enunciado assume alguns posicionamentos: o locutor aprova E₁, rechaça E₂ e se identifica com E₃ e E₄. Assim, com base nessas considerações, Vogt e Ducrot (1980) concluem que o “masPA” é ativador de polifonia e, portanto, o “masSN” atua dentro da sentença como um retificador da proposição anterior e não como um elemento argumentativo.

Ao estudar o “masPA”, Silva (2015) afirma que, além do rechaço total de E₂, existem casos em que o locutor se posiciona com rechaço parcial em relação ao ponto de vista 2. Sobre esse tipo de rechaço, Silva (2015, p. 179) afirma que:

[...] ocorre quando o locutor entende que os dois argumentos não são totalmente opostos, que há entre eles um certo tipo de complementaridade, isto é, no caso de um enunciado com uma estrutura *masPA*, E₂ não é concebido como totalmente oposto, visto que ele se faz presente e é sustentado em E₄ como algo necessário, mas não o suficiente, de forma total (SILVA, 2015, p. 179).

Vejamos o exemplo apresentado por Silva (2015, p. 101) para entendermos a classificação do rechaço parcial do locutor:

Exemplo 3:

A adoção só resolveria o problema do menor abandonado no Brasil se todos eles estivessem fora das ruas em locais próprios para isso e se as famílias de todo o país de interessassem pela adoção, **mas** o que ocorre é que nem todos

os menores estão em creches e hoje a parcela de famílias que estão dispostos a adotar ainda é muito pequena o que torna a adoção um meio pouco viável para resolver esse problema.⁶

A partir do trecho acima, Silva (2015) afirma que podemos considerar os 4 enunciadores a seguir:

E₁: [...] se todos estivessem fora das ruas e as famílias se interessassem pela adoção

E₂: a adoção atenderia totalmente aos menores abandonados,

E₃: **mas** o que ocorre é que nem todos estão em creches e a parcela de famílias que estão dispostas a adotar é muito pequena.

E₄: a adoção não atende totalmente (apenas parcialmente) aos menores abandonados.

Diante dos enunciadores apresentados, o locutor assume diferentes posicionamentos: identifica-se com E₃ e E₄, aprova E₁ e rechaça parcialmente E₂. “O rechaço parcial ocorre devido ao fato de nem todos os menores estarem em creches e o número de famílias dispostas a adotar ainda ser pequeno” (SILVA, 2015, p. 102). Então, por apenas alguns serem adotados, o problema dos meninos abandonados nas ruas não é resolvido, pois a adoção é parcial e não total.

Portanto, Silva (2015) conclui que os enunciados com ocorrência de masPA são polifônicos, uma vez que a partir deles compreendemos pelo menos 4 enunciadores. Perante esses enunciadores o locutor assume diferentes posicionamentos, podendo se identificar, assumir, rechaçar, como também rechaçar parcialmente, diferentemente do que consideram os estudos de Vogt e Ducrot (1980), os quais não abordam o rechaço parcial.

Diante dessa discussão, analisaremos, no tópico seguinte, a construção da contra-argumentação ativada por operadores de oposição presentes no primeiro parágrafo das redações do ENEM publicadas pelo INEP na Cartilha do Participante (2017/2018).

⁶ Esse trecho é usado como exemplo por Silva (2015, apud Silva 2010).

2 Um olhar sobre os elementos de contraposição presentes nas teses das redações do ENEM

De maneira estrutural, a Cartilha do Participante (2018) orienta que a redação do ENEM deve ser formada por introdução, desenvolvimento e proposta de intervenção para finalizar o texto. Dessa forma, o documento (2018) instrui o candidato a construir a tese na introdução do texto e, na sequência, desenvolver parágrafos de argumentação que justifiquem a tese apresentada no primeiro parágrafo.

Todos esses aspectos são avaliados a partir de uma matriz de referência, na qual são organizadas e descritas as competências, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Competências da redação do ENEM

Competência 1:	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

Fonte: Brasil (2018, p. 8).

Essas orientações, presentes em cada competência, devem ser observadas pelo participante do exame, a fim de que obtenha o melhor desempenho possível. Para cada competência, o avaliador atribui uma nota entre 0 e 200 pontos. A soma desses pontos comporá a pontuação total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. Assim, quanto mais o candidato cumprir o que exige cada competência, melhor será sua nota.

Diante desses fatores, nesse artigo, evidenciaremos, especificamente, a competência 2, uma vez que ela é responsável por avaliar se o candidato conseguiu “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (BRASIL, 2018, p.

13). Nesse sentido, ao descrever a competência 2, a cartilha orienta o candidato a construir um texto que apresente uma tese em relação ao tema proposto e desenvolva justificativas para comprovar essa tese.

Segundo o INEP (2018, p. 16), tese “[...] é a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação”. Nesse sentido, percebemos que o INEP considera que a construção da tese é um fator essencial para a formação de um texto do tipo dissertativo-argumentativo e esse é avaliado a partir dos critérios estabelecidos na competência 2 da matriz de referência.

Somada à apresentação de uma tese, o candidato deve buscar atender, de maneira satisfatória, os três (03) elementos de avaliação dessa competência, são eles: a temática; o texto do tipo dissertativo-argumentativo; e o repertório sociocultural. Isso implica dizer que o participante deve contemplar, em seu texto, todos os aspectos evidenciados no tema proposto e desenvolver o texto considerando a estrutura do dissertativa-argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão, de maneira completa).

Além disso, o participante tem de apresentar repertório sociocultural legitimado (dados estatísticos, pesquisas; fatos comprováveis; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; alusões históricas; etc.), de modo que esteja articulado e seja relevante ao tema. O atendimento a esses critérios permitirá que o texto do candidato obtenha melhor pontuação na competência 2.

Como exemplos de redações nota máxima (1000), as cartilhas dos anos de 2017 e 2018 publicaram dezessete (17) redações, desse total, como dito na introdução, onze (11) apresentam estruturas de contraposição nas teses, vejamos:

Redações - Cartilha 2017 (oito – 08 – redações publicadas)	Redações - Cartilha 2018 (nove – 09 – redações publicadas)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Redação 01 – “entretanto”; 2. Redação 02 – “contudo”; 3. Redação 03 – “entretanto”; 4. Redação 05 – “entretanto” 5. Redação 06 – “entretanto”; 6. Redação 07 – “embora...”. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redação 01 – “porém”; 2. Redação 02 – “entretanto”; 3. Redação 03 – “no entanto”; 4. Redação 06 – “entretanto”; 5. Redação 08 – “entretanto”.
Total de 06 redações	Total de 05 redações

Fonte: Elaboração própria, a partir de Brasil (2017; 2018).

Conforme dados informados na tabela, na Cartilha do participante do ano de 2017, das oito (08) redações publicadas, seis (06) apresentam estruturas de contra-argumentos nas teses presentes nas introduções dos textos. Na Cartilha do ano de 2018, das nove (09) redações disponibilizadas, cinco (05) apresentam teses com operadores de contraposição.

Para sistematizar nossa análise, ressaltamos que das onze (11) redações, selecionamos apenas quatro (04) para descrição do fenômeno de contraposição, tendo em vista que a elaboração da tese nessas onze redações se dá a partir da mesma estrutura, a de contraposição. Além disso, como é possível perceber no quadro acima, os operadores argumentativos utilizados para essa elaboração se repetem. Sendo assim, escolhemos duas (02) redações da Cartilha do ano de 2017 e duas (02) outras redações da Cartilha do ano de 2018.

Figura 1 - Redação 01 (2017)

Redação de **Vinícius Oliveira de Lima**

Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.

Fonte: BRASIL (2017, p. 29, grifo nosso).

Nas redações do ano de 2016, publicadas na Cartilha de 2017, os candidatos ao ENEM deveriam dissertar sobre a temática: “Caminhos para se combater a intolerância religiosa no Brasil” (anexo I). Na Redação 01 (2017), o locutor responsável pelo texto (L1) – Vinícius Oliveira de Lima – introduz o texto apresentando um segundo locutor (L2)⁷ – Constituição Federal de 1988

7 Nos estudos atuais da Semântica Argumentativa, tem-se observado a presença da voz impessoal dentro dos enunciados. Anscombe (2005; 2010; 2014) afirma que a voz impessoal nos enunciados corresponde a um caso particular de polifonia, o ON-locuteur (SE-Locutor). Este caso de polifonia tem sido mais recentemente investigado por Nascimento (2015), o qual, ao desenvolver pesquisa sobre textos acadêmicos, corrobora a tese de Anscombe ao afirmar que, embora a voz seja supostamente impessoal, ela é também constituída pela voz do outro. Na Redação 01 (2017), observa-se a ocorrência de Se-Locutor, pois L1 apresenta a Constituição Federal de 1988 como a segunda voz, ou seja, uma voz impessoal e pertencente à coletividade.

e após isso formula a tese, introduzindo-a a partir do operador de contraposição “entretanto”.

A presença do segundo locutor contribui para a nota da competência II, tendo em vista que um dos critérios avaliados nessa competência, segundo a Cartilha do Participante do ENEM (2017; 2018), é a utilização de estratégias argumentativas as quais expõem o problema discutido no texto e o detalhamento de argumentos utilizados. Uma das estratégias argumentativas considerada como válida pelo INEP são as “citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto” (BRASIL, 2018, p. 16).

No caso do primeiro enunciado apresentado na Redação 01 (2017), o locutor coloca em cena a voz que pertence à coletividade, pois se trata do documento mais importante do país, a Constituição. Essa citação é válida para a construção do texto dissertativo-argumentativo, no entanto, ela não é uma informação nova, uma vez que está presente em um dos textos motivadores (Texto I), disponibilizado na proposta de redação (anexo I).

A construção semântica da tese dessa redação, compreendida na introdução, é ativadora de *polifonia de enunciadores* a partir da presença do operador “entretanto” no segundo enunciado, uma ocorrência de MasPA. O referido operador atua sobre o primeiro enunciado e ativa pelo menos 4 enunciadores:

- E₁: A Constituição Federal de 1988 [...] assegura a todos a liberdade de crença;
- E₂: Existe liberdade de crença no Brasil;
- E₃: Entretanto, os frequentes casos mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática;
- E₄: Não há liberdade de crença no Brasil.

A partir desses enunciadores, L1 assume diferentes posicionamentos, pois aprova E₁, identifica-se com E₃ e E₄ e rechaça E₂. Com isso, percebemos que L1 optou por construir sua tese a partir do contra-argumento diante de um rechaço de um enunciador que foi ativado pela construção linguística da

Neste artigo, não investigaremos essa ocorrência, pois nosso foco de análise está situado na contraposição presente nas construções da tese das introduções das redações selecionadas, ou seja, ocorrência de *polifonia de enunciadores*. No entanto, pretendemos desenvolver outros estudos, a fim de analisar, de maneira mais detalhada, a ocorrência do Se-Locutor nessas Redações.

qual L1 fez uso do operador argumentativo “entretanto”. Portanto, a tese apresentada por L1 é a de que os frequentes casos mostram que os indivíduos ainda não experimentam a liberdade de crença na prática, e apresenta como conclusão o ponto de vista de que não há liberdade de crença no Brasil.

Sobre essa mesma temática, a candidata Jordana Bottin Ecco apresenta a seguinte introdução da redação:

Figura 2 - Redação 02 (2017)

Redação de **Jordana Bottin Ecco**

Prática religiosa um direito de todos

A curiosidade humana acerca do desconhecido e a sua incapacidade de explicá-lo através da razão fez com que, desde os primórdios, o homem atribuisse acontecimentos do seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente.

Fonte: Brasil (2017, p. 31, grifo nosso).

No trecho acima, percebemos a presença de dois operadores de contraposição, conforme apresentação de Silva (2015), quais sejam: “apesar de + os”; e “contudo”. Por ora, consideraremos, para esta análise, apenas o segundo operador – “contudo” –, uma vez que a nossa investigação propõe observar a contraposição na formulação da tese e essa se encontra na parte final do parágrafo de introdução da Redação 02 (2017).

Na construção inicial do texto, o locutor responsável (L1 – Jordana Bottin Ecco) apresenta uma contextualização sobre o assunto relacionado à temática quando afirma que a humanidade sempre desenvolveu crenças em divindades. A partir do terceiro enunciado da introdução do texto, L1 faz a apresentação da temática proposta pelo ENEM, afirmando que “atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de

uma população”. Após essa afirmação, L1 insere o operador argumentativo “contudo”, o qual ativa a polifonia de enunciadores:

E₁: Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população;

E₂: No Brasil, é respeitada a liberdade religiosa;

E₃: Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente;

E₄: No Brasil, nem sempre é respeitada a liberdade religiosa.

Os quatro enunciadores são ativados no discurso por causa da presença do operador de contraposição “contudo” e ele equivale ao MasPA apresentado por Vogt e Ducrot (1980), e Silva (2015). Diante desses pontos de vista, L1 assume os seguintes posicionamentos: aprova E₁, identifica-se com E₃ e E₄ e rechaça parcialmente E₂. Esse rechaço parcial ocorre por causa da expressão “nem sempre” em E₄, pois em alguns momentos é possível considerar que a liberdade religiosa é respeitada no Brasil, mas isso não ocorre sempre.

Além disso, em E₁ o locutor antecipa seu posicionamento em relação ao E₄ a partir da expressão “ou deveria ser”, colocada entre vírgulas no segundo enunciado da introdução. A utilização do verbo conjugado no futuro do pretérito, antecedido do elemento “ou”, reitera, antecipadamente, a identificação de L1 em relação ao ponto de vista de que a liberdade religiosa nem sempre é respeitada no Brasil.

Assim sendo, L1 apresenta a tese de que “práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente”. A construção dessa tese, introduzida pelo operador de oposição, permite a conclusão de que a diversidade religiosa nem sempre possibilita a liberdade de escolha de crença religiosa, e essa liberdade não é garantida a todos os membros de uma população, isso por causa da intolerância religiosa praticada atualmente.

Além dos textos analisados até o momento, alguns outros textos selecionados para a Cartilha do Participante 2018 apresentaram tese introduzidas por operadores de contraposição. Como foi dito anteriormente, nessa Cartilha (2018), o INEP publicou nove (09) redações nota 1.000 (mil) e em cinco (05) delas observamos operadores de contraposição na tese presente nas introduções.

As redações nota 1.000, publicadas na Cartilha do Participante 2018, são redações de candidatos que prestaram o Exame no ano de 2017. Nesse ano, a proposta de Redação exigiu que os candidatos escrevessem textos com a seguinte temática: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” (ver anexo II).

Figura 3 - Redação 01 (2018)

Redação de **Alan de Castro Nabor**

Sob a perspectiva filosófica de São Tomás de Aquino, todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres. No entanto, percebe-se que, no Brasil, os deficientes auditivos compõem um grupo altamente desfavorecido no tocante ao processo de formação educacional, visto que o país enfrenta uma série de desafios para atender a essa demanda. Nesse contexto, torna-se evidente a carência de estrutura especializada no acompanhamento desse público, bem como a compreensão deturpada da função social deste.

Fonte: BRASIL (2018, p. 33, grifo nosso).

Na Redação 01 (2018), L1 – Alan de Castro Nabor – introduz o texto com enunciado que ativa a *polifonia de locutores*, uma vez que apresenta a voz de um segundo locutor, São Tomás de Aquino. É de responsabilidade de L1 todo o enunciado, ou seja, toda a Redação 01 (2018), no entanto, o trecho “todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres”, é atribuído ao segundo locutor – L2 –, São Tomás de Aquino, a quem L1 coloca em cena no texto, em forma de estilo indireto⁸.

⁸ Nos estudos de Ducrot (1987; 1988,), a presença de um ou mais locutores colocados em cena por L1 é compreendida como ocorrência de *polifonia de locutores*. No grupo da *polifonia de locutores*, Ducrot (1987) apresenta o discurso relatado sobre o qual se observa a presença de pelo menos dois locutores distintos, sendo esses responsáveis pela parte do enunciado a eles relacionada. Neste estudo, não investigaremos as ocorrências de *Se-Locutor* nem *polifonia de locutores*, uma vez que analisaremos apenas a *polifonia de enunciadores*, em especial, as situações de teses introduzidas pelo MasPA.

Diferentemente da voz apresentada por L1 na redação 01 (2017), na redação 01 (2018) L1 apresenta um locutor 2 que não havia sido apresentado nos textos motivadores, ou seja, é uma informação nova, pois não está presente na proposta de redação. Assim sendo, ao colocar em cena uma voz que socialmente é legítima, cujo conteúdo apresentado por essa citação está relacionado ao tema abordado, evidencia-se pertinência em relação aos critérios avaliativos da competência II, sendo, portanto, um ponto positivo para avaliação desta competência.

Após apresentar a voz de L2, L1 insere o operador de contraposição “no entanto” e a partir dele formula a tese da redação. Assim como verificamos nas redações anteriormente analisadas, o operador argumentativo introduz um novo enunciado, relacionando o enunciado localizado na direita do operador de contraposição, ao da esquerda. Tal qual “entretanto” e “contudo”, o operador “no entanto” apresenta-se com a função de MasPA, ou seja, é um elemento linguístico que aciona a *polifonia de enunciadores*. Vejamos:

E₁: Todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres;

E₂: Os surdos têm seus direitos respeitados no Brasil;

E₃: No entanto, [...] no Brasil, os deficientes auditivos compõem um grupo altamente desfavorecido no tocante ao processo de formação educacional [...];

E₄: Nem sempre os surdos têm direitos respeitados no Brasil.

Diante desses enunciadores, o locutor responsável pelo texto assume diferentes posicionamentos. L1 aprova E₁, identifica-se com E₃ e E₄ e rechaça parcialmente E₂. Assim como observamos na análise da Redação 02 (2017), na Redação 01 (2018) a expressão “nem sempre” presente em E₄, não permite o rechaço parcial de E₂, pois se pode compreender que em alguns momentos os surdos têm seus direitos respeitados no Brasil.

No mais, na Redação 01 (2018), L1 apresenta a voz de L2 – São Tomás de Aquino – e em relação a ela assume a posição de aprovação e, mediante a apresentação do operador de contraposição, L1 rechaça parcialmente o ponto de vista de que os surdos têm seus direitos respeitados no Brasil. Com isso, a tese de L1 é construída a partir de enunciadores que conduzem a diferentes

conclusões e, com relação a elas, o locutor assume diferentes posicionamentos enunciativos.

A quarta e última redação selecionada para descrição neste artigo é a seguinte:

Figura 4 - Redação 02 (2018)

Redação de **Mariana Camelier Mascarenhas**

Na antiga Esparta, crianças com deficiência eram assassinadas, pois não poderiam ser guerreiras, profissão mais valorizada na época. Na contemporaneidade, tal barbárie não ocorre mais, porém há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão.

Fonte: BRASIL, 2018, p. 29 (grifo nosso).

Nessa redação, o locutor responsável por todo o texto – Mariana Camelier Mascarenhas – inicia a redação apresentando uma informação pertencente ao contexto histórico da antiga Esparta. Em seguida, afirma que atualmente não acontece o que ocorria em Esparta e, após essa afirmação, L1 insere o elemento de contraposição “porém”.

Diferentemente das redações analisadas anteriormente, na Redação 02 (2018) o MasPA não inicia um novo enunciado, mas se apresenta no meio da sentença, contrapondo a informação apresentada à direita, à informação que é colocada à esquerda. Diante do operador “porém”, verificamos os seguintes pontos de vista:

E₁: Na contemporaneidade, tal barbárie (crianças com deficiência eram assassinadas), não ocorre mais;

E₂: Os direitos fundamentais são garantidos à pessoa com deficiência;

E₃: Há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão;

E₄: Nem todos os direitos fundamentais são garantidos à pessoa com deficiência.

A partir desses enunciadores, L1 assume diferentes posicionamentos, quais sejam: apresenta E₁, rechaça parcialmente E₂ e identifica-se com E₃ e E₄. Assim como verificamos nas duas últimas redações anteriormente analisadas,

L1 insere o elemento de contraposição na estrutura linguística da tese elaborada e, com isso, rejeita parcialmente um ponto de vista e revela a tese e a conclusão com as quais se identifica. Assim sendo, na Redação 02 (2018), L1 apresenta a tese de que “há grandes dificuldades para garantir aos deficientes – em especial os surdos – o acesso à educação, devido ao preconceito ainda existente na sociedade e à falta de atenção do Estado à questão”, e possibilita a conclusão de que “nem todos os direitos fundamentais são garantidos à pessoa com deficiência”.

Diante das análises apresentadas, percebemos que as teses desenvolvidas a partir de elementos de contraposição (nos casos analisados: entretanto; contudo; no entanto; porém) contribuem para marcar o posicionamento do locutor (candidato) na introdução do texto da redação do ENEM. Com isso, o candidato cumpre o que sugere a Cartilha do Participante (2017; 2018), pois quando o locutor demonstra seu posicionamento perante um assunto em um texto em prosa, a estrutura desse texto passa a ser compreendida como dissertativa-argumentativa.

Percebemos claramente essas características nos textos analisados. Na Redação 01 (2017), por exemplo, o locutor expõe uma informação sobre e Constituição Federal de 1988 e, logo em seguida, insere um operador de contraposição, construindo posicionamentos acerca do assunto abordado. O mesmo ocorre nas demais redações investigadas, ou seja, L1 insere um repertório sociocultural, seja ele novo ou dado na proposta de redação (Constituição Federal; Histórico de crenças em divindades; São Tomás de Aquino; Antiga Esparta), em seguida, o operador de contraposição, e, com isso, assume diferentes posicionamentos.

Segundo a cartilha, a estrutura do texto dissertativo-argumentativo em prosa “é mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo” (BRASIL, 2018, p. 13). A partir da estrutura de tese com operadores do tipo “MasPA”, o candidato expõe o fato/informação/ideia e revela seu posicionamento, estruturando a introdução conforme a tipologia dissertativa-argumentativa.

Considerações finais

Neste artigo, objetivamos identificar e analisar o emprego dos operadores de contraposição mobilizados para formulação da tese presente na introdução de redações nota 1000 do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) dos anos 2016 e 2017, publicadas na Cartilha do Participante (2017; 2018). Para tanto, observamos, inicialmente, as recorrências dos operadores de contraposição na introdução de redações que são consideradas, pelo INEP, textos modelos. No mais, discutimos sobre essa construção linguística a partir da matriz de referência da competência 2, evidenciando os requisitos necessários para obtenção de pontuação máxima nessa competência. Em seguida, pautados nos estudos da Semântica Argumentativa, analisamos as redações selecionadas, no que concerne ao nosso foco de interesse, a construção da tese na introdução das redações indicadas pelo INEP.

A partir das análises realizadas, constatamos que as teses contidas nas introduções dos textos publicados pelo INEP são predominantemente estruturadas a partir de operadores de contraposição. Esse predomínio permite que o candidato, locutor responsável pela redação, evidencie sua tese e, ao fazer uso de estratégias argumentativas para fundamentá-la, marque seu posicionamento em relação ao enunciado que apresenta. Além disso, verificamos que na elaboração da tese, esse posicionamento é marcado, predominantemente, pelo rechaço parcial do locutor, em relação ao E_2 , conforme visto nas análises.

Diante dessas considerações, concluímos que o uso dos elementos de contraposição na construção das teses é uma característica bem aceita pelo exame. Tal constatação justifica-se pelo fato de o INEP ter selecionado a maioria dos textos de redações modelos com essas estruturas linguísticas presentes nas teses. Outro fato que justifica a publicação de redações com essas construções é a de que, conforme verificamos na análise, a partir dessas estruturas linguísticas, o candidato/locutor responsável pelo texto situa sua tese e marca também o seu posicionamento em relação aos pontos de vista evidenciados no discurso apresentado, característica pertinente ao tipo de texto aceito pelo exame.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Redação no ENEM 2017 cartilha do participante**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Redação no ENEM 2018 cartilha do participante**. Brasília, 2018.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentacion**. Universidade del Valle: Cali, 1988.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e Linguagem**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A polifonia nos gêneros acadêmicos e formulaicos: a construção de sentidos a partir da evocação da palavra alheia. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. 3, p. 342-351, 2015.

SILVA, Marcos Antônio da. **Os operadores de contraposição no gênero resumo acadêmico**: perspectiva linguístico-discursiva. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

ANEXO I

Proposta de Redação | Enem 2016

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I
Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.
Disponível em: www.mpj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II
O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.
STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. Jornal do Senado. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso | Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:
Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.
Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.
BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV
Intolerância Religiosa no Brasil
Fiéis de religiões afro-brasileiras são as principais vítimas de discriminação
Número de denúncias por religião (2011 a julho de 2014)

Afro-brasileira	75
Evangélica	58
Espírita	27
Católica	22
Ateus	8
Judaica	6
Islâmica	5
Outras	15




1
denúncia a
cada 3 dias



213
denúncias com
religião não informada



20%
dos episódios
relatados em 2013
envolveram violência
física



12%
dos episódios
relatados até jul.2014
envolveram
violência física

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República | Disponível em: www11folha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANEXO II

enem2017

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- desrespeitar os direitos humanos.
- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

CAPÍTULO IV
DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

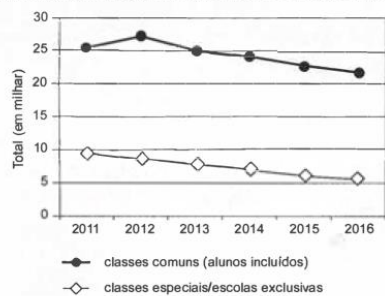
IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

TEXTO II

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial



Fonte: Inep.

TEXTO III



Disponível em: <http://servicos.prt4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.